

São Caetano descumpre lei e nega acesso de munícipe a documentos

Advogado recorre à Justiça para obter informações que deveriam estar disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura

A gestão do prefeito José Auricchio Júnior (PSD) é acusada de não cumprir as diretrizes da Lei de Acesso à Informação em contratos referentes ao fornecimento de cestas básicas e à troca de semáforos em São Caetano. Com isso, o advogado e ex-vereador Aduino Reggiani (Podemos) protocolou, em 13 de junho, ofícios pedindo as cópias dos dois acordos que, segundo ele, não estão disponíveis no portal da transparência. As respostas do Paço foram emitidas na última quarta-feira (10). Sob alegação de não cumprimento do período estipulado e de não fornecimento dos materiais pedidos, Reggiani entrou com ação um dia depois. Os contratos têm valor total de R\$ 52,7 milhões. *Política 3*

Prefeitura de S.Caetano é acusada de descumprir Lei de Acesso à Informação

Gestão Auricchio é alvo de ação na Justiça por não fornecer informações sobre contratos referentes à distribuição de cesta básica e troca semafórica

ARTUR RODRIGUES
arturrodrigues@dgabc.com.br

A Prefeitura de São Caetano, sob o comando de José Auricchio Júnior (PSD), está sendo acusada de não cumprir as diretrizes da LAI (Lei de Acesso à Informação). Ação judicial movida pelo advogado e ex-vereador Aduino Reggiani (Podemos) aponta que a gestão possedista tem sonogado informações sobre os contratos referentes ao fornecimento de cestas básicas e à troca de semáforos no município.

Aduino argumenta que os ofícios protocolados pedem as cópias dos dois contratos, pois, segundo ele, nenhum está disponível no portal da transparência do município. O primeiro se trata de vínculo assinado em março de 2020 com a Tesgeda Comercialização e Distribuição Ltda. no valor de R\$ 17 milhões, enquanto o outro se refere à contratação da Newtesc,



AURICCHIO. Não dá transparência aos atos do Executivo são-caetanense, segundo Aduino Reggiani

que vai receber R\$ 35,7 milhões para realizar o serviço de instalação de semáforos.

Os requerimentos foram protocolados no dia 13 de junho e, de acordo com Aduino, as respostas da Prefeitura foram emitidas

no dia 10 de julho. A ação foi movida pelo ex-vereador no dia 11 de julho, alegando que, além de não cumprir o período estipulado, a Prefeitura não forneceu as informações pedidas. "A resposta veio desacompanhada da cópia solicitada do contrato e, como é costume do imperato (Prefeitura), indicando um longo 'caminho' a ser seguido no site até atingir a informação desejada. Não é isso que prescreve a lei. Entre-

tanto, ao acessar o portal de licitações, no link da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, verifica-se que o processo não está no site. Verifica-se o mesmo resultado com o contrato com a empresa Newtesc, que também não aparece nos contratos firmados pela Secretaria de Mobilidade Urbana", criticou Aduino, na peça assinada por seu escritório de advocacia.

A Lei 12527/2011 (Lei de Acesso à Informação) garante que nenhuma informação pública pode deixar de ser fornecida ao solicitante fora do prazo de 20 dias. O gestor identificado como responsável por repassar os dados públicos pode ser responsabilizado e responder por improbidade administrativa.

A ação do ex-vereador pede a concessão de liminar para determinar à Prefeitura que forneça os documentos requisitados em até 48 horas. Aduino também solicita que o caso

seja enviado à apreciação do Ministério Público.

"Ao impedir o acesso à informação e não atualizar seu site como lhe obriga a LAI, o imperato infringiu várias disposições legais, cometendo atos de improbidade administrativa", afirmou Aduino no processo.

Conforme publicado pelo *Diário* em maio, a Newtesc tem relações próximas com o prefeito Auricchio. A empresa iniciou vínculo com o Palácio da Cerâmica em 2018, quando o então secretário de Mobilidade Geovl Maria Faria assinou contrato com a empresa no valor de R\$ 978 mil para troca de sinalização semafórica. Ainda segundo apuração do *Diário*, o dono da empresa, Leonardo Urbano Aren, está ligado ao grupo que tenta assumir a Zona Azul da cidade. Licitação que está parada na Justiça.

A Prefeitura de São Caetano não respondeu aos questionamentos feitos pela reportagem.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** Capa + página 3